



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 2/2011

-----**SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram vinte e duas horas quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos seguintes Deputados Municipais: José Fernando Lopes, Paulo Duarte da Silva Dias, Ana Rita Simão Rodrigues, Vítor Hugo Baptista Matos e Helena Isabel Pires Seabra, que foram substituídos, respectivamente, pelos Srs. José Manuel Carvalho Neto, Carlos Alberto Souto Pedro, Leonel Augusto Morais Pires, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa e António Joaquim de Araújo Oliveira.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Espadanedo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. David da Silva Martins.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Bagueixe, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. Duarte Santos Azevedo Martins.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 74 Deputados Municipais e faltavam 3, sendo os ausentes: Manuel de Jesus Albino Rodrigues, Maria Manuela dos Santos e José Manuel Carvalho Neto.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.-----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 25 de Fevereiro de 2011, podê-lo-ia fazer.-----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, foi a acta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 72 votos a favor e 2 abstenções dos membros eleitos presentes.-----

-----**PONTO 1 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INVOCAÇÃO DO 37.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ DEFENDER E AFIRMAR ABRIL-----

-----No momento em que se assinala o 27.º aniversário do 25 de Abril de 1974, que culminou a prolongada e determinada luta do povo português, o PCP saúda os valores militares que protagonizaram o levantamento militar e o povo português que, levantando-se em massa o transformou em Revolução.-----

-----É com confiança que o PCP saúda esse acontecimento maior da história da luta libertadora do povo português, inseparável do papel e da luta dos comunistas, possível nos seus desenvolvimentos, por essa singular marca que foi a aliança POVO-MFA.-----

-----Confiança que não ignora que sobre o nosso País pesam a influência negativa decorrente da natureza do capitalismo, de 35 anos de políticas de direita, que interrompeu e inverteu o processo revolucionário.-----

-----O povo português, após quase meio século de opressão fascista, pôs em marcha a revolução, deu combate firme aos golpes e à sabotagem política e económica contra a então jovem democracia, nacionalizou a banca e os grupos económicos, pôs fim ao capitalismo monopolista de Estado, construiu o Poder Local Democrático, conquistou direitos para os trabalhadores e para as populações, assumiu a liberdade em toda a sua plenitude.-----

-----Uma Revolução inacabada é certo, mas uma Revolução que alterou e melhorou profundamente as condições de vida do povo, pôs fim à Guerra Colonial, valorizou o papel do trabalho e dos trabalhadores, reconheceu liberdades, direitos e garantias, foi em si mesma uma afirmação de dignidade e soberania nacional.-----

-----Revolução que deixou a sua marca indelével na Constituição da República Portuguesa. Nela se consagrou o direito ao trabalho para todos; o direito ao salário mínimo nacional; o direito à segurança social que proteja os cidadãos na infância, doença, velhice e desemprego; o direito à saúde, através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral, hoje cada vez menos gratuito. Nela se inscreveu, como prioridade, promover a justiça social, operando as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento e o combate às assimetrias entre o litoral e o interior, mas que os vários governos do bloco central de interesses não têm cumprido.-----

-----Trinta e sete anos depois, infelizmente, novos e velhos grupos económicos e financeiros – associados ao capital estrangeiro, muitos deles constituídos à sombra e à custa da delapidação do património do Estado – dominam hoje, de novo, a economia, num processo de crescente subordinação do poder político ao poder económico.-----

-----O País está confrontado com uma profunda crise económica e social. Mais de 700 mil trabalhadores estão no desemprego, centenas de milhares sem protecção social, a precariedade alastra, empobrece-se a trabalhar, a emigração voltou a ser uma necessidade. Há mais de dois milhões de portugueses que vivem na pobreza.-----

-----Em resultado da política de direita, o acesso a direitos essenciais, como a saúde, a acção social, a habitação digna, o ensino de qualidade, a cultura, estão cada vez mais longe de ser uma realidade para todos .-----

-----Portugal, trinta e sete anos depois do 25 de Abril, vive sob o garrote de uma dívida externa inquietante e de uma especulação financeira, que diariamente nos rouba recursos



nacionais. Com o apoio da troika PS/PSD/CDS e traíndo os valores e os ideais de Abril, o País está confrontado com uma espúria intervenção externa que não resolverá os nossos problemas, antes os agravará.-----

-----Este é cada vez mais o tempo de defender Abril. É o tempo de respeitar, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa e não de a subverter.-----

-----Respeitar a Constituição exige uma rotura e mudança na vida política nacional, que abra caminho a uma política Patriótica e de Esquerda. Uma política de promoção e reforço do aparelho produtivo e da produção nacional, aproveitando os nossos recursos – a terra e o mar. Uma política que combata a especulação financeira, agiota e terrorista, e recupere para as mãos do Estado empresas e sectores estratégicos nacionais. Uma política que afirme a Democracia em todas as suas vertentes – política, económica, social e cultural.-----

-----Num momento tão difícil e complexo da vida nacional, as comemorações do 37.º Aniversário da Revolução de Abril assumem um significado ainda maior. Representam uma afirmação de um Portugal livre e soberano, apelam à participação dos trabalhadores e do povo para resistir e vencer a actual ofensiva, projectam um novo rumo para o País, de justiça, liberdade e democracia. Que Viva Abril!”-----

-----**CELINA DA CONCEIÇÃO SÁ MARTINS (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Por mais anos que tenham passado sobre o 25 de Abril de 1974, não podemos deixar de elogiar e reflectir sobre a ousadia e coragem de um grupo de jovens capitães, que pôs em prática o plano de derrube de um regime opressor e ditatorial, com intenção de devolver ao povo a esperança de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais fraterna.-----

-----Passados 37 anos, constatamos, com alguma frustração, que muitos dos ideais de Abril estão por cumprir. Porquê? Por oportunismo, por clientelismo, por compadrio, por laxismo, por apego ao poder, por carreirismo, por protagonismo, por desleixo, por preguiça, por permissividade?-----

-----Estas e outras perguntas passam pela cabeça das pessoas. O descrédito nas instituições está na ordem do dia. É fácil assacar culpas e apontar o dedo. Tratando-se de uma sociedade onde as múltiplas relações, quer institucionais, quer pessoais, se cruzam com muita rapidez, as culpas são de todos. Todos os governos que não fizeram aquilo a que se comprometeram, todas as oposições que permitiram que não fosse feito, todos os partidos onde o acomodar dos dirigentes é norma e permite a criação de dinossauros da política e dos sindicatos onde também é notória a acomodação e aburguesamento dos seus quadros dirigentes, todos eles são responsáveis por esta situação de grande dificuldade em que vivemos.-----

-----Mas não só! Todos nós somos responsáveis, pois sendo certo que a maioria dos cidadãos do nosso país, cumprem ou se empenham em cumprir as regras base da civilidade, há aqueles que sempre que podem não pagam imposto, não são solidários e engrossam os esquemas da chamada economia paralela, que prospera com prejuízos para o nosso País.-----

-----Passados 37 anos, constatamos que alguns dos ideais de Abril estão em perigo. É urgente honrar e resgatar esses valores. Na saúde é necessário continuar a apostar no Serviço

Nacional de Saúde, uma conquista de Abril, embora tenha de ser reformado para se adaptar aos novos tempos, tem de ser reforçado para garantir aos mais desfavorecidos um apoio médico gratuito e universal. Impedir que voltem os tempos em que só os que tinham dinheiro tivessem escolha. E os pobres necessitam de um atestado de indigência para terem alguns direitos.....

-----A educação tem de continuar gratuita, onde todos tenham acesso à formação educacional e profissional, valorizando assim as competências e capacidades de todos os portugueses porque são eles a matéria-prima de maior valor. Os cidadãos têm de ser educados, responsabilizados para que daí, saiam bons políticos que façam uma gestão com equilíbrio e bom senso. Impedir que só os que tenham dinheiro, possam estudar e prosperar.---

-----A justiça tem de ser profundamente reformada, de modo a ser verdadeiramente justa, passe a redundância, mais célere, para que os mais desfavorecidos possam ser defendidos, uma vez que não têm posses para pagar a advogados de nome. Já demos novos mundos ao mundo, já fomos um grande império.....

-----Várias vezes perdemos a independência económica e até a independência política. Passamos por variadíssimas crises, possivelmente piores que esta e fomos sempre capazes de apelar à nossa resiliência para as ultrapassar. Isso dá-nos algum conforto psicológico para acreditar que vamos dar a volta por cima. Seria muito mais fácil se as instituições públicas se mobilizassem, se os Partidos em vez de pensarem nos resultados eleitorais, deixassem de fazer figuras tristes que nos envergonham perante o mundo, assumissem as suas próprias responsabilidades, aquilo que os eleitores esperam deles dentro das diferenças encontrassem pontos de convergência.....

-----Temos de assumir de uma vez por todas que aqui não há vencedores nem vencidos. Todos temos uma quota-parte de responsabilidade no actual estado do nosso País. Uns mais do que outros, é certo, mas todos somos responsáveis. Credibilizar a política e os políticos é fundamental. Alguns esquecem-se rapidamente para que foram eleitos e usam os bens públicos para pagar favores. É preciso e urgente preparar novos quadros, nem que para isso tenha de haver uma rotura com alguns dos chamados dinossauros da política, no poder há demasiado tempo.....

-----Minhas senhoras e meus senhores: Ser político é lutar pelos interesses e pelo bem-estar das populações, é proteger os mais fracos, é garantir a liberdade, é tratar com respeito e de igual forma todas as pessoas, independentemente da sua raça, do seu estatuto social, da sua formação académica, da sua cor política, da sua orientação sexual ou da sua religião.....

-----Confiamos na tenacidade, na ousadia, no empreendedorismo e na solidariedade que nos é tão peculiar, para mais uma vez ultrapassar estas tão grandes dificuldades que actualmente nos assombram e nos preocupam. Confiamos nos Portugueses, confiamos em Portugal. Viva a Liberdade, Viva a Democracia, Viva Portugal. Façamos do 25 de Abril o sonho das nossas vidas.”.....

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** - Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Comemorou-se na passada 2.ª feira o 37.º Aniversário do dia Histórico em que



Portugal abraçou a liberdade, a democracia e viu restituída a esperança num futuro melhor. O 25 de Abril de 1974 foi de facto o momento fundador do Portugal moderno e livre e em cada aniversário do 25 de Abril, ocorre-me sempre pensar no enorme grupo de Países, que ainda vivem dominados por regimes autocráticos e repressivos, onde os actos eleitorais não passam de simulacros, onde a vontade do povo não é tida nem achada. Temos assistido ao longo dos últimos meses à luta do povo Magrebe e do Médio Oriente pela democracia e pela liberdade e onde tantos, têm pago com a própria vida o preço dessa mesma liberdade. A liberdade e a democracia, são valores políticos fundamentais da história da humanidade e nós, somos herdeiros dessas conquistas civilizacionais e devemos fazer bom uso delas, enquanto cidadãos cada vez mais participativos e interventivos. As liberdades de expressão de criação e de iniciativa individual, são elas próprias geradoras de desenvolvimento social, cultural e económico. Todos sabemos que são os países com maior tradição democrática, os que sistematicamente ocupam os lugares cimeiros da tabela do índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas, que utiliza vários critérios de avaliação como o nível da educação, cuidados de saúde, esperança média de vida e PIB per capita. O desenvolvimento do País constitui um dos 3 D's do 25 de Abril e é inegável a evolução que o País tem sofrido ao longo destes anos. O serviço nacional de saúde, a protecção social na doença e na reforma, o acesso generalizado à educação com a criação da escolaridade mínima obrigatória e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Mas em Portugal subsistem ainda grandes contrastes sociais e económicos entre o litoral e o interior, que podem ser acentuados pela grave crise económica e financeira que atravessamos, se forem abandonadas medidas de discriminação positiva, de que a nossa região ainda carece. Portugal mudou muito em 37 anos e em grande medida, graças ao Poder Local, que tem de facto demonstrado ser o que melhor conhece as necessidades dos cidadãos e o que melhor pode gerir os recursos disponíveis e que neste momento de crise económica, está na primeira linha de apoio aos mais carenciados.

-----As Autarquias têm sido verdadeiros motores de desenvolvimento dos seus territórios, construindo equipamentos sociais e criando condições para a realização de investimento gerador de emprego e de riqueza. A democracia representativa é um sistema político dinâmico, que tem sofrido alguns insuficientes aperfeiçoamentos ao longo deste período, mas é necessário continuar a aproximar os eleitos dos eleitores, por exemplo, com a criação dos círculos uninominais para as eleições legislativas, que tanto desejava ver já implementado. Vivemos hoje tempos de grande exigência e no tempo da informação instantânea e das redes sociais, a transparência, a verdade e a boa gestão dos dinheiros públicos, serão cada vez mais exigências de cidadãos, cada vez com maior formação académica e com mais exigência potenciadas pela gravíssima crise económica e financeira que Portugal atravessa, onde os recursos serão muito escassos ao longo dos próximos anos. Mas Portugal, tal como noutros momentos difíceis da sua história, saberá certamente ultrapassar mais esta crise. -----
Renovo neste 25 de Abril a esperança e o desejo de um País e de um Concelho mais desenvolvido, mais justo e mais solidário.-----

-----**PONTO 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

------(Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)-----

-----Neste momento o Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz, sem que o tenha solicitado ou lhe tivesse sido dada a palavra disse o seguinte: “ Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu invoco o regimento, invoco o direito e a honra dos Deputados do Partido Socialista, solicitando que me seja dada a palavra.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** não deu a palavra ao Sr. Vereador Rui Vaz.-----

-----O Sr. Vereador Rui Vaz referiu que uma vez que não lhe era dada a palavra os Vereadores do Partido Socialista iriam ausentar-se da Sessão da Assembleia Municipal e só regressariam, quando fosse reposta a normalidade, nomeadamente o posicionamento dos Vereadores desta casa, que ao longo dos anos sempre foi o mesmo. Disse ainda que estranhava muito a atitude do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, precisamente no dia em que estão a invocar o 25 de Abril.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Têm sido publicadas várias notícias em jornais nacionais e regionais relacionados com poupanças, já assumidas, por vários executivos camarários em que invocam reduções na atribuição de verbas para festas e feiras anuais, devido à crise económica que todos atravessamos. Solicitávamos ao Sr. Presidente que nos informasse se já foi, ou irá ser tomada qualquer medida nesse sentido, em relação à Feira de S. Pedro. Caso a resposta seja afirmativa, qual a percentagem que pensam reduzir.”-----

-----**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Caros Colegas, recuperei um texto datado de Junho de 2010 que tinha intenção de o trazer a esta Assembleia nessa data. Na altura entendi que não o deveria fazer porque considerei precoce. Hoje recuperei-o e trago-vos a minha contribuição, que julgo que final, para esta legislatura. Após ter acabado a legislatura anterior, a concluir da ineficácia do meu contributo para o desenvolvimento do meu Concelho e do meu Distrito, afirmei à época, que a continuarmos no mesmo sentido, não consideraria a continuidade da minha contribuição nesta Câmara de Deputados. Actualmente e na sequência de inúmeras reflexões sobre política nacional e concelhia, permitam-me um conjunto de considerações algo conclusivas e para já definitivas. Recuperei ainda algumas das minhas intervenções nesta Assembleia Municipal, particularmente aquelas que senti como as mais profundas, relativamente ao projecto de desenvolvimento do Concelho e também do Distrito de Bragança.-----

-----Recordo-vos sinteticamente que em 2002, chamei a atenção para esta equipa autárquica e para todos os municípios, do risco que o Concelho corria quando elegeu a ausência de projecto Autárquico para a condução dos nossos destinos.-----

-----Em 2004 com Governo e Autarquia do mesmo Partido, à época do PSD, defendi a importância de um pacto de regime nos sectores essenciais, desafiando a Autarquia a congregar “massa crítica”, de forma a defender e implementar um projecto integrado de



desenvolvimento para o Concelho e para a Região. Defendi a cooperação com o IPB e com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, gerando uma oferta formativa integrada e que respondesse às necessidades dos Distritos envolvidos, envolvendo-se também activamente a Câmara Municipal na criação de uma Universidade Transmontana. Defendi o estudo e a organização dos serviços públicos na saúde, baseados em critérios de racionalidade técnica e científica. Defendi a definição e planeamento do desenvolvimento integrado, mas também a sedução objectiva de massa empresarial, para investir em áreas consideradas prioritárias, no turismo, no comércio e na indústria, bem como a protecção do investidor em domínios de alto risco, uma vez que não me esqueço do Distrito em que nos situamos.-----

-----Defendi a definição criteriosa da teia de desenvolvimento económico e social, a partir do centro urbano para este Concelho, estabelecendo-a como prioritária. Defendi a gestão de expectativas de desenvolvimento integrado, desafiando a Câmara Municipal a construir planos de desenvolvimento a 10/15 anos, a sufragá-los na opinião pública, a incluir a sociedade civil na sua discussão e organização. Em 2006 antecipei o fecho das urgências de Macedo e Mirandela e contestei o Conselho de Administração do CHNE, o Governo e os nossos Deputados, pela ausência de estratégia racional para o desenvolvimento dos serviços. Defendi a criação de um novo Hospital, contestei a eficácia dos investimentos realizados em Bragança, contestei nomeações absurdas, baseadas em critérios políticos com pouco decoro e no mais profundo respeito por quem faz a sua formação científica e profissional, de forma ética e transparente. Antecipei em 2000, que o Instituto Piaget padecia de uma doença grave e que por certo se antevia o seu encerramento a prazo. Avisei vezes sem conta as Autarquias nesse sentido. Em Abril de 2011, perguntar-me-ão o que ganhei? Não ganhei a consideração da Autarquia, não ganhei a consideração de dois Governos, não ganhei um projecto de desenvolvimento integrado para o Concelho, não ganhei um novo Hospital, não ganhei um Pólo Universitário e não ganhei um Pólo Turístico no Concelho atractivo e realmente exportador. Não ganhei uma cidade.-----

-----O que me move, perguntarão vocês. Definitivamente a diferença, face àqueles que governam e não reconhecem a falta de ideias, projectos, ética e transparência de processos. A diferença, face àqueles que não gostam da racionalidade, do planeamento, da reflexão profunda, face àqueles que lhes agrada esta cultura política, que lhes permite o exercício mais nobre para fins próprios. Assim, penso que é chegada a altura de dizer basta. Basta de mediocridade, de jogos políticos que redundam em mais um emprego, basta de nulidade de ideias e projectos. De certa forma e para que me entendam, continuar, seria como que pactuar com todos aqueles com que não concordo e me recuso a seguir. Sair, permite-me cortar de forma definitiva com este estado de coisas, a nível concelhio, distrital e nacional, com o qual em definitivo, estou radicalmente contra. Lamento a falta de coragem de muitos que por aqui passaram, num exercício de pura subserviência e a falta de ética de outros. Lamento a ausência de uma comunicação social local e regional, a crítica que não apresenta trabalhos de investigação profundos, sobre a realidade das Cidades dos Concelhos, da Administração Local, da Administração da Saúde e de tantas outras situações que aqui foram levantadas.

Caros amigos, a Comunicação Social de Trás-os-Montes na generalidade é pura e simplesmente a voz do Poder e isso não basta.-----

-----Agradeço a confiança de alguns e a participação de outros, que me proporcionaram continuar o meu crescimento pessoal e político. Lamento não ter conseguido mudar a cultura política do meu Concelho, a cultura que faz da política um meio para mais um emprego, para mais uma oportunidade de negócio ou ainda em prémio para final de carreira, um lugar no Conselho de Administração de uma das melhores e mais bem pagas empresas deste País.-----

-----A todos os que me apoiaram, em Macedo, em Mirandela, em Bragança, em Freixo, em Carrazeda, restantes Vilas e Aldeias deste Distrito e noutras cidades o meu profundo obrigado. É por mim, mas também por eles que continuarei a lutar. Assim, e em conformidade com o art.º 8.º do Regimento da Assembleia Municipal solicitarei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a minha renúncia ao mandato, para o qual fui eleito.-----

-----A todos os que me deram o privilégio de confiarem em mim direi que continuarei a ser um outsider, continuarei a dizer o que muitos preferem dizer em surdina, ou aquilo que outros nunca dirão por medo. Continuarei por aí a defender o meu Distrito e o meu País. Muito Obrigado.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Deputado Municipal Sr. Acácio Espírito Santo, dizendo-lhe que tinha sido um privilégio tê-lo como Deputado na Assembleia Municipal, lamentando profundamente esta sua decisão porque era uma voz crítica, produtiva, construtiva, que inquietava mas que também estimulava. É uma pena ver sair os melhores, já aconteceu com o Deputado Municipal Sr. Armando Mendes, e ao que tudo indica o Sr. Deputado, Acácio Espírito Santo secunda-o, expressando por isso um voto de lamento e um voto contristado de sentimento. Deseja-lhe que a vida lhe continue a sorrir noutros planos e noutros campos.-----

-----**GUMESINDO ANTÓNIO GOMES (PSD)** – Chamou atenção da Câmara Municipal para o troço da Estrada Municipal 553, que liga Sezulfe a Vilares da Torre, particularmente ao troço que vai da sua freguesia, Vilarinho do Monte a Vilares da Torre que é sinuoso, tem falta de protecção (raíles) e de sinalização, tendo já ocorrido alguns acidentes que felizmente ainda não foram muito graves.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que relativamente à questão suscitada pela Deputada Municipal, Idália Mateus, relativamente às reduções de custos nas festas e noutros eventos do género, informou que a Câmara tem vindo a reduzir os apoios, mesmo a outros eventos que habitualmente a Câmara apoia, sejam de Freguesias ou de outras Associações. No caso das Feiras que o Município vinha promovendo, como a Feira da Castanha, a Feira do Folar e até mesmo a Macedo Mostra, este ano já foram suspensas. No caso da Feira de S. Pedro, o subsídio não é fixo. Pretende-se fazer uma redução de encargos, na ordem dos 20%.-----

-----Disse ainda que lamenta a saída do Deputado Municipal, Sr. Acácio Espírito Santo desta Assembleia Municipal.-----



-----No que diz respeito à estrada de Vilarinho do Monte, as questões colocadas pelo Sr. Gumesindo, Presidente da Junta dessa Freguesia, são pertinentes e vai analisar o problema da melhor forma, começando pela sinalização e também pela segurança.-----

-----**Aberto novo período de inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**LUÍS ADELINO BAPTISTA (PS)** – Em nome da bancada do Partido Socialista está ali para fazer um protesto pela tomada de posição por parte da Mesa da Assembleia Municipal referente aos Srs. Vereadores deste Partido. Em primeiro, porque nunca em 37 anos de democracia, se viu esta separação de Vereadores. Parece que uns são bons e outros são maus. Em segundo, os Deputados do Partido Socialista em solidariedade com os Srs. Vereadores, deviam também abandonar esta Assembleia e só não o fazem, pelo cumprimento rigoroso do mandato e em nome e defesa da Democracia.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** no seguimento desta intervenção referiu que neste momento entende pertinente dizer o seguinte: “ Eu, procuro dirigir esta Assembleia Municipal e faço-o com o maior dos gostos há quase seis anos. Não é a primeira vez que dirijo uma Assembleia, tive já o privilégio de dirigir outra Assembleia, mas esta, dá-me particularmente, mais prazer porque é a Assembleia Municipal do meu Concelho e da minha Terra.-----

-----Eu, não sou perfeito na direcção da Assembleia, nem tenho pretensões a sê-lo. Cometo erros, cometo falhas, faltas e assumo-as na íntegra. Agora, vamos ver se nos entendemos nesta matéria. Há desde o Séc. XVIII, pelo Montesquieu, separação de poderes. Eu, sou o Presidente da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, sou um entre todos, qualquer um de vós podia estar sentado no meu lugar e eu estaria comodamente sentado no vosso lugar. Compreenderão que, a Assembleia Municipal não se mete na organização da Câmara Municipal. Eu, Presidente da Assembleia Municipal tenho a certeza que qualquer um dos presentes, que estivesse no meu lugar, não se meteria na organização da Câmara, que aparece como quer, põe-se onde quer, conquanto haja respeito. Agora, se os Vereadores em permanência ficam ao lado esquerdo da mesa e se os da oposição ficam ao lado direito, depois de já ter sido de outra maneira, isso a mim não me importa. Tenho aqui uma testemunha que abonará a meu favor, que é o Sr. Deputado Luís Vaz que pela sua experiência sabe muito bem como funciona o Parlamento. O Presidente da Assembleia não manda nada como o Governo se organiza na bancada do Governo. Se fosse pela hierarquia Institucional do Governo, ao lado direito do Sr. Primeiro-Ministro devia estar sempre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao lado esquerdo o Ministro das Finanças, pois são dois Ministros de Estado. Não é que acontece, quem está ao lado direito é quem o Sr. Primeiro Ministro acha que deve estar, que é o Ministro da Presidência, eles é que sabem.-----

-----Não me importa esta organização e esta geometria, só me importa que qualquer Vereador tenha uma cadeira para se sentar e uma mesa para se apoiar e esteja cómodo. Não quero que haja dúvidas nenhuma, porque se eu não fizesse desta maneira não estava com certeza a ser fiel àquilo que é o pensamento de vós todos, desde a bancada do B.E., CDU CDS, PSD e PS. Sei no entanto, que há aí uma corrente de opinião que diz: “ o malandro da

fita foi o Presidente da Assembleia Municipal”. Podem dizer isto e outras coisas mais, e quem tiver documentos e informação concreta e rigorosa que diga o contrário do que eu estou a dizer, que faça o favor de a apresentar e diga: “você é um aldrabão”, pois está aqui este papel e esta afirmação que o demonstram. Desafio qualquer um a dizer o contrário. Como já disse não tenho nada a ver com isto e qualquer um dos Srs. Deputados que estivesse sentado no meu lugar, faria aquilo que eu faço.-----

-----Em segundo lugar, não entendi este exercício de entrada dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, mas cada um entra como quer. Podem entrar e podem sair, desde que não perturbem os trabalhos para mim não faz diferença nenhuma. Eu já vi membros deste Governo e do anterior sentarem-se ao pé de Deputados. O Sr. Ministro Santos Silva muitas vezes sentava-se junto dos Deputados do Partido Socialista, e não vejo mal nenhum nisso.-----

-----Agora, chegar aqui o Senhor Vereador e dizer: “eu quero usar da palavra para defesa da honra da bancada do Partido Socialista”, ainda a reunião mal tinha começado. Afinal, quem é que ofendeu a honra da bancada do Partido Socialista? Eu não percebi isto.-----

-----Além de que nenhum Vereador é obrigado a estar aqui, a Lei não diz: “Os Vereadores que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo, são obrigados a estar...”. Não, a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no seu art.º 48.º, n.º 4, diz apenas: “Os vereadores que não se encontrem em regime de permanência, têm direito às senhas de presença...”. Os Srs. Vereadores querem vir venham, não querem vir, não venham. Até porque nos termos do disposto no n.º 3 do mesmo artigo e Lei atrás citada: “Os Srs. Vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir no debate sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do Sr. Presidente da Câmara, ou do seu substituto legal”. Este artigo transpusemo-lo para o artigo 45.º do Regimento Municipal, que diz exactamente isto e diz ainda mais uma pequena coisa, que é o seguinte:” os Vereadores podem ainda intervir no final da reunião para o exercício do direito de defesa da honra, se tal não lhes for possível no decurso dos trabalhos.”-----

-----E quando o Sr. Vereador diz: “...nós não voltamos cá...”, para mim não há problema nenhum. O Partido Socialista é que sabe se querem vir ou não querem vir; se bem que eu acho que é uma perda, pois era bom que estivessem, mas se não estiverem, não há problema. Agora não há necessidade de acusar a Mesa de comportamento anti-democrático. Como lhes disse e digo nós procuramos conduzir a Assembleia de uma forma democrática, tranquila, transparente e que não haja crispações. Procuro discrispar as coisas para que haja uma relação de bom entendimento e onde todos possam usar da palavra. Não somos rigorosos, pois usam da palavra muitas vezes mais do que 5 minutos, que é o que o nosso Regimento prevê. Peço que para o bom funcionamento desta Assembleia não a infectarmos com problemas que vêm de outro lado, e que não foram gerados por nós. Acho que fui bem claro e da minha parte não há mais nada a dizer. Espero que este assunto fique claramente sanado, pois o que é importante é gerir a Assembleia com a democracia e com os princípios do rigor, da ética, da moral pública e republicana, como se impõe nestas coisas.-----



-----**MANUEL LUÍS GOMES VAZ (PS)** – Começou por dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que, para quem não tem nada a ver com o assunto fez uma defesa bastante longa. Formalmente tem toda a razão naquilo que disse, no entanto têm de saber o que motivou este lamentável episódio entre os Vereadores do PS e os seus pares na Câmara Municipal. Disse também que quando o Sr. Vereador Rui Vaz fez a sua intervenção e se referiu à defesa da honra, certamente que se estaria a referir, o que creio que toda a gente entendeu, à honra dos próprios Vereadores. O que é certo, é que sempre foi timbre nesta Assembleia Municipal desde que ela existe, que de um lado estaria sentado o Sr. Presidente da Câmara e o seu Staff de apoio directo administrativo, secretários e pessoal de apoio e do outro lado, toda a Vereação, sem distinção da do poder ou da oposição. Neste momento, terá havido um palavreado menos próprio de um dos Vereadores da maioria, em referência aos demais Vereadores da oposição dizendo: "...eu com esses... não me sento" e a partir daí, acabou por se dar esta separação. É evidente que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem toda a razão quando diz que este é um problema da Câmara. No entanto se calhar podia ter exercido a sua influência junto das partes, para evitar que esta situação se verificasse. Isto vem dar razão àqueles que como eu, há muitos anos defendem que é necessário alterar a Lei que gere as Autarquias, que é um perfeito disparate ter a oposição no Executivo. Já houve vários projectos nesse sentido, alguns deles estiveram mesmo à beira de ser aprovados, mas à última da hora acabaram por não o ser, por desistência de uma das partes. É bom que no futuro, eventualmente alguém tome a iniciativa parlamentar, no sentido de pôr novamente em cima da mesa essa situação. Eu que já fui Vereador da oposição e Presidente da Câmara, tenho a noção perfeita de que um Vereador da oposição no Executivo está a queimar-se a ele próprio e não está a ter um papel desejável. A oposição deve estar na Assembleia Municipal e no Executivo deve estar, quem está efectivamente no poder.-----

-----Outra questão tem a ver com o 25 de Abril, recorda-se e é do tempo em que não se podia falar com toda a gente, não se podia ouvir todas as rádios e não se podia fazer uma série de coisas. É também do tempo, em que estando na tropa em Bragança, como Oficial Miliciano, onde passou belos tempos e onde conheceu um amigo do peito, Luís Ferreira que estudava no Colégio Trindade Coelho, tendo sido este o melhor aluno do referido Colégio, e também o melhor do primeiro ano da Universidade de Engenharia do Porto e durante uns anos, desapareceu de "circulação". Quando era militar em Bragança e vinha ao fim de semana a Macedo de Cavaleiros, começou a encontrar-se com o Luís Ferreira. Ao fim de 2 ou 3 encontros o pai telefona-lhe aflito a dizer-lhe que tinha de vir urgentemente a Macedo, pois precisava de falar com ele. Disse-lhe então que o Chefe da Polícia lhe tinha dito que não podia encontrar-se com o Luís Ferreira, pois sendo Oficial no Exército era complicado. Obviamente que sendo amigo do Luís Ferreira, não acatou o recado do seu pai.-----

-----Assim, passado algum tempo e quando decorria o início do ano de 1974, o Sr. Moisés Polícia encontrou-o na rua e disse-lhe que iam ter de por o seu nome no relatório e ainda por cima era Oficial na tropa. Respondeu que era amigo do Luís e que não iria deixar de o ser, portanto se quisesse, que pusesse o seu nome no dito relatório. É também do tempo em que

estando na tropa, entrou de oficial de dia, no dia 24 de Abril e teve o grato prazer de estar nessas funções no dia e na noite da revolução. Aderiu ao Partido Socialista, ao qual tem dedicado grande parte do seu tempo na defesa da liberdade e da democracia, como todos quantos aqui estão.-----

-----Há gente que hoje exerce também actividade política, que se calhar ainda não era nascida nesse tempo. Isto faz-lhe lembrar o ano de 1976, altura em que passou cerca de um mês e meio na Alemanha e na altura começavam a florescer os grupos neo-nazis. Os Alemães chegaram à conclusão que a culpa era das gerações mais velhas, que tinham retirado dos manuais escolares ou que nunca tinham colocado as referências ao Nazismo. Discutia-se na altura que era necessário colocar isso junto dos jovens e das crianças, para que houvesse memória.-----

-----Continuou dizendo que se calhar eles têm tido um papel pouco activo nesta matéria, pois foi com tristeza que soube há bem pouco tempo, que há uma Sede de Junta de Freguesia no concelho de Macedo, que em vez de ter na sala das reuniões a fotografia do Prof. Cavaco Silva, que é o Sr. Presidente da Republica, tem a fotografia do Almirante Américo Tomás e do Prof. Caetano, o que é lamentável.-----

-----Outra questão tem a ver com a intervenção do Deputado Municipal, Sr. Acácio Espírito Santo, que colaborou com o Partido Socialista, facto pelo qual lhe estão muito gratos. O Sr. Acácio Espírito Santo tem as qualidades que lhe são conhecidas, terá defeitos como todos nós e nem sempre estiveram de acordo. Houve uma matéria em que raramente estiveram de acordo, que foi a matéria que teve a ver com todo o desenvolvimento do processo de saúde em Macedo. Em seu nome pessoal, agradece a colaboração deste Deputado Municipal, compreendendo as suas razões, mas dizendo que o Grupo, ficará mais pobre sem ele.-----

-----**PONTO 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 3.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----Pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a actividade da Câmara Municipal que aqui se dá como integralmente transcrita ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----Não houve quem pretendesse usar da palavra:-----

-----**PONTO 3.2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2010, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 2 ARTIGO 64.º CONJUGADO COM A ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2011.04.13, que se transcreve: "DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2010-----



-----Presente para apreciação e aprovação os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2010, elaborados de acordo com o POCAL e a Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara** disse que a execução do Plano de 2010 se caracteriza pelos valores globais de receita e despesa que são inferiores aos de 2009, ano marcado pelo PREDE, mas foram superiores aos do ano de 2008.-----

-----Em 2010 foram amortizados 1.596.258,12€ de dívida, tendo o valor de empréstimos diminuído para 14.079.797,89€. Foram apenas utilizados 238.793,97€, para o financiamento do centro escolar. Os empréstimos de médio e longo prazo utilizados correspondem a apenas 1,34% do total das receitas.-----

-----A diminuição das receitas e despesas de capital faz aumentar em termos relativos as despesas e receitas correntes, sendo que as receitas correntes aumentaram cerca de 3,3% e as despesas correntes 2,4% relativamente a 2008.-----

-----O saldo de poupança e despesas correntes foi de 6,7%, permitindo que as despesas de capital fossem superiores em 773.997,26€, relativamente às respectivas receitas.-----

-----A taxa de execução global do orçamento foi de 60%, sendo que no ano que respeita à receita e despesa corrente foi de 83%. Quanto à receita de capital a execução atingiu os 38% e quanto à despesa de capital 42,38%. -----

-----Quanto à receita é de referir a diminuição das transferências da administração central, tanto correntes como de capital, um aumento das receitas próprias e uma grande diminuição dos passivos financeiros. As receitas próprias representaram neste ano 25,77% do total da receita.-----

-----O número de trabalhadores ao serviço do Município está bastante estabilizado, diminuiu a precariedade, aumentando os contratos por tempo indeterminado e diminuindo os contratos a termo certo.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Vaz** começou por dizer que como já vem sendo hábito, a primeira nota sobre este documento é sempre a mesma, devendo por isso estarem já habituados, porque fazem novamente reparo ao curto espaço de tempo com que lhes chega o documento para o poderem analisar, junto de quem tecnicamente também está avalizado para o fazer e assim poderem dar mais alguma opinião.-----

-----Em termos de apresentação do documento, dão os parabéns a quem o elaborou porque mais uma vez em termos de estrutura está de facto muito bem apresentado.-----

-----Continuou referindo que relativamente à leitura transversal que fizeram ao documento vai apresentar as dúvidas e observações que em termos políticos lhes é permitido fazer. Desde logo deixam o reparo em relação aos encargos que os juros ainda representam, ou seja quase 3% das despesas correntes, o que ainda é significativo.-----

-----A execução de pagamentos de 57 % face aos compromissos revela a falta de liquidez e dificuldades de Tesouraria da Câmara Municipal.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara** informou que a 31 de Dezembro de 2010 a Câmara só em QREN tinha um crédito no valor de um milhão quatrocentos e trinta e três mil euros. Hoje anda há volta dos oitocentos mil.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Vaz** continuou dizendo que havia uma questão que era pertinente comentá-la pois apesar do aumento de 79%, do valor da dívida a terceiros, este valor não pode ser a desculpa para as dificuldades financeiras, porque o passivo sofreu um aumento de cerca de 9%. Por um lado, tal como aqui referiu o Sr. Presidente, houve uma diminuição da dívida à banca mas também há um aumento de dívida em relação a terceiros, pelo que se constata que efectivamente o total do passivo é na ordem dos 26 milhões de euros, havendo aqui uma variação de 8,92%.-----

-----Disse também que se compararem este documento com o da Câmara de Bragança, ficam um pouco preocupados, pois podem efectivamente concluir que o total do passivo da Câmara de Macedo é superior em cerca de 50% relativamente à Câmara de Bragança. Todos conhecem a dinâmica extraordinária que aquele Município tem tido, e deixa-os um pouco preocupados ver que a Câmara de Macedo, tem em relação a estes números e comparativamente a Bragança, resultados que não são muito “simpáticos”.-----

-----Em relação aos custos com o pessoal, embora o Sr. Presidente já tenha dito que há ajustamentos, e não tendo eles nada a objectar relativamente à regularização da situação do pessoal, o que verificam é que os custos continuam a aumentar e em 2010 o aumento foi de cerca de 330 mil euros, o que dá uma média de cerca de 27.500 mil euros/mês, em relação ao ano anterior, o que é muito significativo.-----

-----Verificam também, tal como o Sr. Presidente já disse que a dívida de médio e longo prazo diminuiu mas aumentou num valor superior a dívida de curto prazo, o que quer dizer que pagaram à banca mas deixaram de pagar aos fornecedores.-----

-----Têm portanto por um lado a Câmara no que diz respeito ao cumprimento da não ultrapassagem da capacidade de endividamento, de face lavada o que é bom. Mas se tiverem em conta os números, não lhes deixa uma margem muito grande ou seja, já têm capacidade de endividamento mas muito curta, para as pretensões do Município e em termos de futuro um pouco limitativo.-----

-----Em relação ao mapa de controle orçamental da despesa, embora o Sr. Presidente já o tenha dito, se considerarem a obrigatoriedade do cumprimento institucional do pagamento da dívida quer seja à banca, ou às diversas instituições de crédito, quando referem um pagamento de 60% das responsabilidades considera que é um pouco baixo o grau de execução orçamental da despesa nesse aspecto.-----

-----Relativamente às contas da Feira de S. Pedro e com a Associação Comercial e Industrial deixa um reparo à Câmara, porque de uma vez por todas a Câmara tem de adoptar um sistema diferente, porque segundo este documento à data de 31 de Dezembro de 2009 ainda não estavam liquidadas as contas. De 2010, segundo o que lhe informaram em Assembleia Geral da Associação Comercial a Câmara pagou 25.000 mil euros, para pagamento de impostos. Neste momento a Feira de S. Pedro e a Associação Comercial em



particular, têm um volume de crédito enorme, o que quer dizer que tem dívidas da Feira anterior e tem outra Feira já à porta e isto não pode ser, até porque quem acaba por ficar com o ónus de má pagadora, é a própria Associação e a Câmara tem de arranjar uma forma de resolver este problema.-----

-----**O Sr. Vice-Presidente da Câmara** informou que até Dezembro embora constando no documento que são dívidas respeitantes a 2009, a Associação estava ressarcida desse montante. E até ao início da Feira do corrente ano a Feira de S. Pedro e a Associação fica ressarcida do montante em débito de 2010. Quando iniciar a próxima Feira de S. Pedro já têm tudo pago.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Vaz** disse que quanto à percentagem de 25% de execução financeira global das Grandes Opções do Plano, entende que é muito baixa.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que nas Grandes Opções do Plano estão as obras de maior volume que se metem em Plano. No corrente ano já fizeram o Plano com mais alguma atenção à orçamentação de algumas dessas obras, já diminuíram algumas receitas menos garantidas e vão continuar a caminhar nesse sentido. Há obras que constam nas Grandes Opções, que foram optimistas nas previsões e têm de as ter dotadas por causa dos processos de candidaturas.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Vaz** relativamente ao Plano de Actividades disse que a execução financeira global anual de 43% também é baixa.-----

-----Perguntou ainda qual foi a receita efectiva referente ao Parque Eólico.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara** disse que foi de meio milhão de euros. Informou ainda que o Parque Eólico foi o que deu mais receitas próprias, depois em termos de IMI e IMT as receitas também aumentaram e o resto foi de receitas diversas.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após concluída a apreciação e discussão dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2010, procedeu-se à votação dos mesmos. Foram aprovados por maioria de quatro votos a favor, do Sr. Presidente e Vice-Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores Carlos Barroso e Sílvia Garcia e três abstenções dos Srs. Vereadores, Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Maria Adelaide, e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.-----

-----Mais foi deliberado remeter o assunto à próxima Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações constantes da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma legal.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – Após uma leitura atenta e uma análise em pormenor do documento, cumpre-lhe dizer que este se apresenta como um documento com princípios contabilísticos raramente adoptados, que tem o princípio da continuidade da consistência, da especialização ou do acréscimo do custo histórico da prudência, da substância sob a forma e da materialidade. Quando se refere ao princípio da continuidade, é porque se

considera que a Instituição opera continuamente e sem duração limitado. A consistência considera-se que a Instituição não altera os seus princípios contabilísticos de um exercício para o outro, se o fizer e forem provocados efeitos materialmente relevantes devem exemplificar-se com a regra possível. Da especialização ou do acréscimo, os proveitos e os custos são reconhecidos, quando obtidos ou incorridos independentemente do pagamento ou recebimento, sendo incluídos nas respectivas demonstrações dos períodos a que dizem respeito. Do custo histórico, os registos contabilísticos baseiam-se em custos de aquisição ou produção e escudos constantes. Da prudência, não foram, criadas reservas ocultas ou provisões, nem houve a quantificação de activos e proveitos por defeito, ou de passivos ou custos por excesso. Da substância sob a forma, as operações foram contabilizadas atendendo à sua substância e não apenas à sua forma legal. Na materialidade, as demonstrações financeiras evidenciam todos os elementos que sejam relevantes e que possam afectar avaliações ou decisões, por parte dos seus interessados.-----

-----As características da informação: a qualidade da informação proporcionada pelas demonstrações financeiras é a de que seja compreensível a todos os intervenientes Instituição, sendo a sua utilidade determinada pelas características: a relevância é entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões da direcção e gestão e ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações; a fiabilidade é a qualidade que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos previsíveis, ao mostrar apropriadamente o que tem por finalidade apresentar ou se espera que razoavelmente apresente. Para que a informação registe apropriadamente as operações e outros acontecimentos que tenha por finalidade apresentar é necessário que tais operações e acontecimentos sejam apresentados com a sua substância e realidade económico-financeira e não meramente a sua forma legal sendo neutra e estar ausente de preconceitos; comparabilidade, a divulgação e a quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos devem ser registados de forma consistente pela instituição e durante a sua vida de modo a identificarem as diversas tendências e actos de gestão.-----

-----**MARIA ISABEL XAVIER ESCUDEIRO (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Analisado o documento Prestação de Contas 2010, verifica-se que houve da parte do Município contenção nas despesas e um aumento de receitas correntes, sendo de relevar o facto de ter havido um grande esforço de equilíbrio financeiro por parte do Executivo e que a manter-se esta tendência, nos permite encarar com algum optimismo o cumprimento do programa aprovado.-----

-----Em termos de síntese podemos evidenciar que: A execução orçamental da receita corrente atingiu os 89,37% e as receitas de capital arrecadadas atingiram apenas 38%, por força dos atrasos nas transferências provenientes do QREN. A execução orçamental das despesas correntes representa 84% e as de capital situam-se em 42,38%. A dívida de curto prazo a fornecedores e a outros, transitada para o ano de 2011 é de 6,2 milhões de euros e a dívida a médio e longo prazo é de 14 milhões verificando-se uma diminuição desta última



relativamente ao ano de 2009 de aproximadamente 9%. Importa ainda realçar que a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros apresenta um resultado líquido de exercício de 1.750.646,32€. O grau de autonomia para este ano é de 57,46% evidenciando uma ligeira melhoria o que permite uma maior capacidade para fazer face aos seus compromissos financeiros de longo prazo se compararmos com o ano transacto, mas revelando contudo ainda alguma fragilidade. O índice de solvência que é utilizado para avaliar a capacidade de pagamento, é um indicador importante de apreciação sobre a capacidade de saldar compromissos com terceiros, e que este ano se apresenta com alguma melhoria face ao ano de 2009. (2,7-3)-----

-----Decorrente da reunião da Comissão de Economia e Ambiente realizada no dia 27/04 fomos informados pelo Departamento com competência sobre a matéria, que as dívidas de curto prazo foram na sua maioria saldadas em virtude de ter havido pagamentos de alguns projectos financiados no âmbito do QREN, pelo que os indicadores aqui referidos e reportados a 31/12/2010 estão actualmente alterados. Mas, como o que nos compete agora é analisar o documentos que nos foi apresentado referente ao exercício de 2010, fará sentido reafirmar que a estrutura empresarial do Concelho assenta sobretudo em micro e pequenas empresas e que em grande número apresentam grandes dificuldades de tesouraria, quer pelo atraso no recebimento dos serviços prestados, quer ainda pelas dificuldades que o sector bancário coloca na concessão de crédito coloca na concessão de crédito, sobretudo neste período de grande crise económica e financeira do País. Consideramos pois, que aumentar a dívida de curto prazo a terceiros por parte do Município, embora compreensível pelo facto do atraso sistemático dos pagamentos por parte do QREN e do conseqüente constrangimento na gestão da tesouraria, não favorece o desenvolvimento empresarial, podendo por em causa a solvência das micro e pequenas empresas, o que certamente não é desejo do Executivo, pelo que deverá ser sempre encontrada uma estratégia, que reduza ao mínimo os prazos de pagamento, de modo a inverter no próximo exercício o indicador da dívida a curto prazo.-----

-----Apesar do esforço de contenção realizado pelo executivo o equilíbrio financeiro obtido não estiveram em causa as políticas de desenvolvimento económico e social do concelho. Na execução das Grandes Opções do Plano, é de salientar o facto de o ano de 2010 estar sobretudo direccionado para a execução de infra-estruturas, ligadas à educação e formação dos nossos jovens, nomeadamente o parque escolar e o seu equipamento, que a curto prazo poderá alavancar, com base na melhoria da qualificação dos jovens o desenvolvimento sustentado e integrado do Concelho, permitindo assim que haja menor exclusão dos mais desfavorecidos, com base na sua qualificação pessoal.-----

-----Por outro lado a melhoria das infra-estruturas e equipamentos associados à educação, permitirá que os agentes educativos se sintam motivados para a introdução de inovação no processo de ensino e os próprios jovens, sintam a escola como um espaço de inclusão de igualdade de oportunidades e que conduza ao favorecimento da diminuição do abandono escolar. Da leitura dos documentos apresentados, o Executivo camarário demonstrou uma evidente preocupação com as funções sociais do Município dado que foram as que

absorveram a maior fatia do investimento e que correspondeu a 8.608.283€, representando 58% das GOP e as funções económicas representaram 12,4%.-----

-----É ainda de enfatizar que a constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado na autarquia (86%) assumiu em 2010 uma grande expressão por contraposição com as outras modalidades referidas no documento, o que demonstra uma aposta na estabilidade ao nível do emprego do Município. No entanto e ainda referente aos recursos humanos, importa sugerir que em futuro documento seja apresentado um quadro que retrate a situação dos efectivos em função do sexo da idade de forma a poder-se prospectivar a evolução do emprego no Município, bem como a evolução da formação ministrada ao nível dos recursos humanos por forma a verificar-se se têm melhorado os níveis de qualificação sabendo-se que a formação individual de cada um, é determinante para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos serviços prestados. Num tempo em que se agudizam as variáveis da receita e onde existe por parte da Autarquia, uma fraca elasticidade das despesas correntes, nomeadamente recursos humanos e contribuições sociais, é necessário continuar a responder, como tem vindo a acontecer, com uma criteriosa gestão da despesa global e com um apertado controlo de custos de funcionamento.-----

-----Assim, atendendo aos indicadores apresentados e em função do exposto, não quero acabar a minha intervenção, sem antes referir que o sentido de voto ao documento de Prestação de Contas 2010 é favorável.”-----

-----**LUÍS ADELINO BAPTISTA (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ As exigências colocadas pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99 e pelos Decretos-Lei n.º 315/200 e 84-A/2002, regulamentando as contas das Autarquias Locais, facilitaram a elaboração de importantes documentos de gestão como o POCAL, tornando-se este num documento bem estruturado, coerente e que obedece a uma lógica de apresentação de razoável compreensão. Este documento de apresentação de contas do Município de Macedo de Cavaleiros, referente ao exercício de 2010 não foge a esta regra, sendo portanto um documento que, na sua estrutura e apresentação, se encontra em conformidade com estes pressupostos e com o definido por Lei.-----

-----Quanto ao seu conteúdo, e sendo este um documento técnico cuja elaboração é da responsabilidade dos técnicos competentes da Autarquia, o POCAL deve reflectir o tratamento de todos os documentos contabilísticos apresentados aos responsáveis pela elaboração deste. Assim, a bancada do Partido Socialista, não pondo em causa a competente e responsável execução do documento, evitando assim qualquer reparo de cariz marcadamente técnico em relação ao seu conteúdo e, particularmente, em relação aos resultados nele reflectidos, gostaria de apresentar uma breve análise política: 1- O sucessivo recurso ao crédito bancário que ultrapassa hoje os 14 milhões de Euros (3 milhões de contos na moeda antiga) tem um peso significativo nas contas do Município e representam actualmente cerca de 3% da despesa corrente. 2- A ausência de critério no investimento público no Concelho leva a que a gestão financeira da Autarquia passe por momentos de grande constrangimento. A prová-lo está a execução de somente 57% de pagamentos efectuados, face aos compromissos assumidos. 3-



Apesar da diminuição de 8,79% na dívida de médio e longo prazo que representam 1.360.00€, a dívida de curto prazo a terceiros aumentou cerca de 37% ou seja 1.700.000€. Constatamos, assim, que se pagou à banca (não espera e não perdoa), mas deixou-se de pagar a fornecedores. 4- Para o aumento de cerca de 79% da dívida de terceiros, onde se incluem montantes afectos aos Fundos Comunitários, a recorrente argumentação do atraso do pagamento das verbas destes fundos não pode servir de desculpa para a baixa execução de pagamentos. Registe-se que os valores afectos a estas verbas, perfazem um total de 2.422.213€ e a dívida a terceiros, de curto prazo, ascende os 6.200.876€. 5- O total do passivo da Autarquia atingiu valores inoportáveis. Tal como o Partido Socialista tem vindo a alertar, o passivo ronda já os 26 milhões de euros, ultrapassando, portanto, os 5 milhões de contos. Tal como foi referido pelos Vereadores do Partido Socialista em reunião de Câmara é impensável que a dívida da Autarquia de Macedo de Cavaleiros, seja cerca de mais 50% que a da Autarquia de Bragança (da mesma cor política) e é incomparável a obra feita num e noutro concelho. 6- No que à execução das Grandes Opções do Plano diz respeito, e em particular à execução financeira global, o registo de 24.52% não deixa o Executivo da nossa terra digno de felicitações. 7- Também no que diz respeito à execução do Plano de Actividades Municipal, com uma execução financeira global de apenas 42.59%, pensamos que não haverá motivos de regozijo. 8- Apesar de se verificar uma evolução na capacidade de endividamento do Município em relação ao ano anterior, o que é claro é que este é muito pouco significativo, deixando a Autarquia em muito “maus lençóis” para o financiamento de futuros projectos, concretamente na parcela a que a ela compete assegurar o pagamento. 9- A bancada do Partido Socialista gostaria também de fazer nota, ao recorrente aumento dos custos com o pessoal. No ano de 2010, a que este documento de contas diz respeito, foi de cerca de 330.000€, ou seja, de cerca de 5.500 contos/mês.-----

-----Senhor Presidente, senhores Deputados: A bancada do Partido Socialista não tece estas considerações sobre o documento agora apresentado para a provação da Assembleia, com especial satisfação. Gostaríamos mais de ter percebido e ver traduzido neste documento maior rigor na gestão dos recursos financeiros, melhor critério na aplicação e rentabilização dos dinheiros públicos, maior e melhor investimento naquelas que são as sobejamente conhecidas potencialidades do nosso Concelho. Infelizmente, para os Macedenses, os anos vão passando e parece que os tais projectos e as necessárias políticas pensadas e seriamente planeadas que tragam o desenvolvimento da nossa terra nunca mais arrancam e nunca mais chegam.-----

-----Senhor Presidente, compreendemos que hoje vivemos tempos difíceis, compreendemos até que se dedicou ao Município, mas já passaram quase 10 anos e neste tempo precisávamos de ter avançado mais. Precisava a Autarquia de ter sido mais rigorosa, mais criteriosa, mais arrojada, mais criativa, enfim, precisava ter tido uma melhor visão de futuro para Macedo. Não o lamentamos pelo Sr. Presidente, nem pelo seu Executivo, lamentamos sim pela nossa terra e pelas nossas gentes.-----

-----Face a esta exposição e por uma questão de coerência política, a bancada do Partido Socialista abstém-se na sua votação, salientando mais uma vez, que sendo este um documento técnico, não põem em causa a sua correcta elaboração.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciado o documento, a Assembleia Municipal, por maioria de 54 votos a favor e 20 abstenções dos Srs. Deputados, Luís Batista, Manuel Carvalho, Celina Martins, Luís Vaz, João Correia, Carlos Camelo, Paula Moreira, Pedro Mascarenhas, Isabel Costa, Jorge Asseiro, Manuel Sá Mico, Joaquim Seabra, Camilo Morais, Maria José Lima, Virgínia Sousa, Acácio Espírito Santo, Benjamim Rodrigues, António Araújo Oliveira, Rogério Martins e Idália Mateus deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2010.**-----

-----Finalmente foi posto à votação para **aprovação em minuta**, do ponto 3.2 desta ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmº Sr. **Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no **público** que quisesse neste momento intervir. -----

-----Não houve público que quisesse usar da palavra. -----

-----Eram vinte e quatro horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários. -
